

ANOTAÇÕES DE TEMAS COMO SUBSÍDIO A EVENTUAIS PROGRAMAS DE INVESTIMENTOS SETORIAIS SOBRE A VARIÁVEL EMPREGO (Letra "D", item "2", pg. 9, das Diretrizes e Programação do CNRH - 1981/82) - CASO DO PROGRAMA "CIDADES DE PORTE MÉDIO".

Tem sido bastante discutida em meios técnicos e acadêmicos nos últimos meses, a questão da execução de programas de obras de infra-estrutura urbana como estratégia de sustentação do nível de emprego, considerando o seu alto potencial de absorção de mão-de-obra e que o impacto dos gastos nesta área sobre a balança de pagamentos é insignificante.

O CNRH teve uma experiência bastante efetiva neste campo, quando de sua participação junto à antiga CNPU - Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana - durante a realização de estudos e elaboração do Programa "Cidades de Porte Médio" - CPM - que contemplou, entre as suas três áreas de atuação, a de infra-estrutura urbana, juntamente com a área de estímulo às atividades das pequenas e micro-empresas e, a terceira, de apoio às administrações municipais.

O Programa CPM foi revigorado a partir da realização de um acordo de empréstimo entre o Brasil e o BIRD no valor de US\$ 210 milhões, sendo US\$ 70 milhões de empréstimo ao BIRD, US\$ 70 milhões de responsabilidade da União e US\$ 70 milhões de responsabilidade dos estados e municípios, para execução do Programa no prazo de três anos, em 10 municípios brasileiros. Seu principal objetivo foi o reforço da base econômica e social dos centros urbanos de médio porte, de forma a permitir o redirecionamento dos fluxos migratórios e a absorção da mão-de-obra desempregada.

Parece válido, no momento, retomar o acompanhamento deste programa, procurando conferir seus resultados, com vistas a obter subsídios para possíveis programas de emprego, com a preocupação de questionar, a partir dos investimentos realiza

dos não sã na área de infra-estrutura, como nas demais (o programa está no segundo ano de execução), se são caminhos acertados os estímulos às pequenas, médias e micro empresas e às cooperativas de produção que já estão em execução; se tem sido efetivo o fortalecimento às administrações municipais; quais os benefícios de utilização de crédito externo para financiamento aos tipos de projetos que compõem o Programa CPM; qual o impacto de cada projeto, nas diversas localidades onde atua, na melhoria da renda e do emprego de suas populações-meta; e se está tendo algum papel, efetivamente, na retenção dos fluxos migratórios. Diversos outros questionamentos poderão surgir, como, por exemplo, especificamente quanto à execução das obras de infra-estrutura urbana, como drenagens, esgotos, abastecimento d'água, construção de praças, escolas e demais obras de construção civil, se estão absorvendo contingentes significativos de mão-de-obra compatíveis com o nível de investimentos; qual a modalidade de empreita e quais os portes das empresas empreiteiras; qual a tecnologia adotada e se realmente é adequada à concepção inicial do Programa de ser a mais absorvedora de mão-de-obra; qual a forma de contratação de mão-de-obra; enfim, se está sendo viável, como foi intenção do programa, entregar a execução dessas obras às pequenas firmas de construção civil como forma de gerar mais renda para o próprio município e mais empregos para sua população natural e migrante.

Em anexo, considerações feitas durante os trabalhos de elaboração do Programa CPM, mas que não foram absorvidas pelo Programa na ocasião e que, relendo-as agora, parecem ainda bastante pertinentes.

Rosa Maria Sales de Melo Soares
-Setembro/81-

R/h.

CIDADES DE PORTE MÉDIO

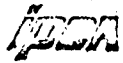
O programa de cidades médias é visto como uma estratégia de desenvolvimento urbano e regional e tem como objetivo principal a dinamização e fortalecimento dos centros intermediários entre as regiões metropolitanas e as cidades pequenas. A área de emprego assume papel central na seleção de projetos para as cidades médias e, visto de forma inversa, as cidades médias e suas áreas de influência representam espaços adequados para implementação de programas de geração de emprego a partir das diretrizes nacionais de redução das disparidades regionais e do redirecionamento dos fluxos migratórios.

Considera-se para efeito deste programa as cidades médias e toda a sua área de influência numa abordagem integrada dos setores e atividades básicas destas cidades, das cidades menores circunvizinhas e das áreas rurais, visando uma articulação dinâmica de todo o sistema produtivo micro-regional.

Três tipos de ações recomenda-se para levar a cabo um programa de geração de emprego nas cidades médias:

a) Levantamento de todos os estudos diagnósticos recentes destas cidades e suas áreas de influência levados a efeito nos diversos órgãos tais como CNPU, Órgãos de Desenvolvimento Regional, Secretarias de Estado, etc, para conhecer e completar as informações existentes sobre seu potencial sócio-econômico e, como decorrência, compatibilizar as intervenções com a vocação de cada área. Da mesma forma, um levantamento dos programas e projetos em execução nestas cidades no mesmo sentido de procurar compatibilizar e evitar duplicação.

Esta medida permitirá conhecer quais os setores predominantes - agrícolas, industriais ou de serviços - e em que direção vai se expandir determinada cidade, qual sua função no município e no contexto micro-regional.



Abaixo vão descritos alguns tópicos para levantamento cujos resultados poderão indicar que programas e projetos deverão ser recomendados para estas cidades, sempre sob a ótica de projetos cujas tecnologias contemplem predominantemente o fator trabalho.

- i) Quais matérias-primas locais de origem agrícola e de origem mineral estão sendo exportadas do Município sem beneficiamento ou sem processamento industrial.
- ii) Que matérias-primas estão recebendo beneficiamento primário e poderiam ser beneficiadas mediante implantação de Industriais de bens finais.
- iii) Se há projetos de agricultura à base de irrigação que comportam a industrialização de seus produtos (agroindústrias).
- iv) Se há agroindústrias locais que se abastecem com matéria-prima exclusivamente fora do município, e, em caso positivo, quais são as possibilidades de produzi-las no município.
- v) Análise da evolução da estrutura de propriedade fundiária - se está concentrando.
- vi) Que projetos industriais estão sendo objeto de análise por Órgão de Desenvolvimento por iniciativa de grupos locais ou de fora.
- vii) Se há algum empreendimento estatal previsto para implantação no Município.
- viii) Se o conjunto das indústrias locais comporta a implantação de indústrias complementares de bens intermediários ou o esquema de sub-contratação em cidades circunvizinhas de sua área de influência.

- ix) Se o setor terciário da cidade está mais voltado, ou se é composto por prestação de serviços à indústria, ao comércio atacadista regional ou à agricultura.

b) Programas específicos

Ao lado das linhas convencionais de projetos de infra-estrutura e construção civil tais como saneamento básico, habitação, estradas vicinas, outros tipos de obras públicas, etc, que, dependendo da tecnologia utilizada, podem ser grandes absorvedores de mão-de-obra, sugere-se as seguintes linhas de atuação desde que compatíveis, em cada caso, com os resultados indicativos relacionados no item anterior:

- i) médias, pequenas e micro-empresas;
- ii) Agroindústrias;
- iii) Cooperativas de trabalhadores para a área agrícola (inclusive previsões de treinamento adequado) visando responder à sazonalidade da demanda de mão-de-obra evitando desemprego temporário. Tal tipo de cooperativa poderá ter uma função também na área urbana para pequenas obras do poder público nos períodos da entre-safra;
- iv) Cooperativa ou associação de produção;
- v) Centrais de insumos e feiras de produtos;
- vi) Apoio às atividades que apresentam potencial sócio-econômico do setor informal e às atividades produtivas familiares.

c) Medidas de estímulo à dinamização das cidades médias

Além das linhas regulares de promoção setorial na área financeira (créditos e incentivos) ou assistência técnica, algumas medidas podem contribuir para garantir o papel das cidades médias como centros de polarização, tais como:

- modificação nos critérios de prioridade para aprovação de projetos no caso dos fundos regionais - FINOR, FINAM, Fiset e do próprio CDI - em favor da localização nas cidades selecionadas;
- modificação nos critérios de análise dos projetos beneficiados com incentivos fiscais para as cidades médias, no sentido de contar mais pontos para geração/manutenção de emprego de mão-de-obra, reduzindo o peso concedido aos investimentos de capital;
- Criação, quando não houver, de escritórios do SINE com todas as suas três atividades - intermediação, informação e colocação da mão-de-obra - e do CETREMI - Centro de Triagem e Orientação ao Migrante em articulação com o SINE;
- Apoio, fomento e reaparelhamento, quando for indicado, das indústrias existentes, de forma a consolidar seu potencial de absorção de mão-de-obra;
- Incentivo à pesquisa de tecnologia intermediária para determinados setores, segundo necessidades e vocações regionais e locais, procurando identificar e experimentar processos e equipamentos de produção que são mais apropriados e adaptáveis ao fator trabalho;

- Balcão de Projetos, localizados no Órgão de Planejamento de cada Prefeitura e com articulação com os demais Órgãos de Governo atuando na cidade/micro região, inclusive universidades, podendo prestar assessoria nas seguintes áreas:
 - estudos de localização;
 - estudos indicativos de mercado;
 - orientação na utilização de incentivos fiscais;
 - orientação ao nível do processo produtivo mais compatível, com a adequada utilização de mão-de-obra, etc.
- Bolsas de sub-contratação entre grandes, médias, pequenas, micro e unidades familiares de produção, considerando toda área de influência das cidades médias, visando melhorar a utilização das capacidades instaladas e transferência de tecnologias para as empresas de menor porte.